

Aprovado
por unanimidade
na sessão de
16. NOV. 2021



Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
C D N
N.º Unifco: <u>691345</u>
Entrada/Saída N.º <u>191</u>
Data: <u>11</u> / <u>11</u> / <u>2021</u>

Exmo. Senhor Presidente
da Comissão de Defesa Nacional
Deputado Marcos Perestrello

S. Bento, 11 de novembro de 2021

Assunto: Audição, com caráter de urgência, do Ministro da Defesa Nacional, do Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), e do Chefe de Estado-Maior do Exército (CEME), relativamente às suspeitas da existência de uma rede criminosa de militares portugueses destacados na República Centro-Africana ao serviço da Organização das Nações Unidas

A Operação Míriade, recentemente levada a cabo pela Polícia Judiciária no âmbito das suspeitas da existência de uma rede criminosa com vista a contrabandear diamantes, ouro e estupefacientes provenientes da República Centro-Africana, por militares portugueses que estiveram destacados naquele país no âmbito da missão coordenada pela Organização das Nações Unidas (MINUSCA), veio colocar em causa a integridade e o prestígio das Forças Armadas Portuguesas, bem como a sua imagem na esfera internacional.

Enquanto vão sendo conhecidos mais detalhes acerca deste esquema criminoso, que alegadamente engloba um valor de 500 milhões de euros e envolve dezenas de pessoas, empresas e entidades bancárias, vão também surgindo perguntas que merecem um cabal esclarecimento por parte das entidades com responsabilidades na administração direta do Estado e da Defesa Nacional.

Há, desde logo, duas questões que importa esclarecer. Primeiro, deve ser dada uma explicação cabal sobre os processos de controlo à chegada ao território nacional destes militares transportados em aviões da Força Aérea Portuguesa e outras aeronaves ao abrigo das missões da ONU. Uma segunda interrogação diz respeito à partilha de informação e à tomada de decisão política após o conhecimento das informações que levaram à abertura da investigação judicial. Não se encontra qualquer razão para que a informação sobre a existência desta rede criminosa - aliás partilhada com as Nações Unidas - não tenha sido partilhada com outros órgãos de soberania do Estado português.

Tendo em conta a gravidade e dimensão deste caso, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda considera que todos os esclarecimentos devem ser prestados pelo Ministro da Defesa Nacional, bem como pelo Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) e pelo Chefe de Estado-Maior do Exército (CEME), entidades que tiveram, inevitavelmente, uma participação direta neste processo, e que também poderão contribuir para uma melhor aclaração desta situação.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com caráter de urgência, a audição do Ministro da Defesa Nacional, do Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), e do Chefe de Estado-Maior do Exército (CEME), com vista à prestação de todos os esclarecimentos sobre o assunto em causa.

Os Deputados do Bloco de Esquerda,

João Vasconcelos

Pedro Filipe Soares